

<p></p> <div style="font-size: small; font-family: Calibri; display: inline;"> <div style="font-size: 10pt; line-height: normal; font-family: tahoma;"></div> <div style="display: inline;"> <div style="display: inline;">Colegas;</div> </div> <div dir="ltr"> <div style="font-size: 10pt; font-family: Arial;"> <div> <div dir="ltr"> <div style="font-size: 10pt;"> <div> </div> <div align="justify">Juntamos esclarecimento que estamos a distribuir, tendo em atenç o que est  dependente no INFARMED o despacho definitivo, quanto   norma que esclarece quem est  habilitado para exercer em farm ia.</div> <div align="justify">Entretanto na situa o actual legalmente, enquanto a mesma n  for publicada, o Quadro n  farmac tico   composto s  por t nicos de farm ia. Ressalva-se desta situa o os colegas com registos de pr tica classificados provisoriamente como Ajudantes t nicos, para os quais j  apresent os proposta de resolu o ao citado INFARMED. </div> <div align="justify"> </div> <div align="justify"> </div> <div> </div> <div> ESCLARECIMENTO SOBRE QUADRO N  FARMAC TICO, PREVISTO NO DECRETO-LEI 307/2007 (LEI DA PROPRIEDADE DE FARM IA E EXERC IO FARMAC TICO)</div> <div> </div> <div> </div> <div>Esclarecemos que, face   Altera o do Decreto-Lei 307/2007 pela Lei 16/2013, o Quadro, designado de n  farmac tico, constante do Decreto-Lei 307/2007, composto por T nicos de farm ia e outro pessoal devidamente habilitado, quadro esse que contemplava, os trabalhadores que legalmente podem exercer em farm ia, fun es de, em colabora o com os farmac ticos, interferir na dispensa e informa o sobre medicamentos e produtos de sa de, dentro das inten es veiculadas na introdu o do citado Decreto em que se afirma  ....especial destaque a altera o das normas relativas ao quadro de pessoal das farm ias,em obedi cia a uma ideia de progressiva qualifica o, definiu que esse pessoal ter  obrigatoriamente que possuir forma o t nico profissional certificada.</div> <div> </div> <div>Ora tal deixa de ser compat el com o aproveitamento feito, por algumas entidades que, aproveitando-se do n  esclarecimento da defini o do que era   pessoal devidamente habilitado   se aproveitaram para introduzir dentro dos mesmos, atrav  de forma o n  qualificada para o efeito, e que est  a aparecer ao servi  em algumas farm ias e a interferir na dispensa de medicamentos ao p blico e mesmo a exercer fun es n  compat eis, nem legalmente autorizadas, com a integra o no Quadro referido, pois n  prevista na referida legisla o, quanto ao pessoal que o pode integrar.</div> <div> </div> <div>ASSIM, ESTANDO AGORA DEVIDAMENTE ESCLARECIDO O QUE   PESSOAL DEVIDAMENTE QUALIFICADO QUE, COMO ALI  COMO SE REFERE A SEGUIR, TER  QUE SER REGULAMENTADO PELO INFARMED, O QUE AINDA N  ACONTECEU E, POR CONSEQU CIA, ESTANDO O REFERIDO QUADRO PRESENTEMENTE A SER SOMENTE COMPOSTO POR T NICOS DE FARM IA.</div> <div> </div> <div>Transcri o do Artigo 24 -2 da Lei n.  16/2013 de 8 de fevereiro Procede  terceira altera o ao Decreto -Lei n.  307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jur ico das farm ias de oficina</div> <div> </div> <div> </div> <div>1.....</div> <div> </div> <div>2   Considera -se outro pessoal devidamente habilitado para o efeito, outros profissionais habilitados com forma o t nico -profissional certificada no bito das fun es de coadjuva o na  ea farmac tica, nos termos a fixar pelo INFARMED.</div> <div> </div> <div>Assim iremos, por consequ cia, em todos os casos de que venhamos a tomar conhecimento de infrac o ao

disposto na legislação respectiva a fazer participar ao abrigo da disposição seguinte:

Decreto-lei 307/2007

Artigo 48.º

Contra-ordenações muito graves

Constitui contra-ordenação punível, no caso de pessoas singulares, com coima de 5 000 a 20 000, e no caso de pessoas colectivas, com coima de 20 000 a 50 000:

i) A existência de um quadro farmacológico que não cumpra o disposto no artigo 24.º;

A Direcção